

Ética, Democracia e Direitos Humanos

Uma abordagem multidisciplinar

Conselho Editorial

Alex Primo – UFRGS
Álvaro Nunes Larangeira – UTP
André Parente – UFRJ
Carla Rodrigues – PUC-RJ
Ciro Marcondes Filho – USP
Cristiane Freitas Gutfreind – PUCRS
Edgard de Assis Carvalho – PUC-SP
Erick Felinto – UERJ
Francisco Rüdiger – PUCRS
Giovana Scareli – UFSJ
J. Roberto Whitaker Penteadó – ESPM
João Freire Filho – UFRJ
Juremir Machado da Silva – PUCRS
Marcelo Rubin de Lima – UFRGS
Maria Immacolata Vassallo de Lopes – USP
Michel Maffesoli – Paris V
Muniz Sodré – UFRJ
Philippe Joron – Montpellier III
Pierre le Quéau – Grenoble
Renato Janine Ribeiro – USP
Rose de Melo Rocha – ESPM
Sandra Mara Corazza – UFRGS
Sara Viola Rodrigues – UFRGS
Tania Mara Galli Fonseca – UFRGS
Vicente Molina Neto – UFRGS

Apoio:



UFPEL

Ética, Democracia e Direitos Humanos

Uma abordagem multidisciplinar

Organizador:
Cláudio Roberto Cogo Leivas



Editora Sulina

Copyright © Autores, 2017

Capa: Nilton Santolin

Projeto gráfico e editoração: Ivete T. Santos Conceição

Revisão: Simone Ceré

Revisão gráfica: Miriam Gress

Editor: Luis Antônio Paim Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Denise Mari de Andrade Souza CRB 10/960

E84 Ética, democracia e direitos humanos: uma abordagem multidisciplinar
 / organizado por Cláudio Roberto Cogo Leivas. -- Porto Alegre: Sulina,
 2017.
 190 p.

ISBN: 978-85-205-0774-2

1. Filosofia. 2. Ética. 3. Direitos Humanos. 4. Metafísica. 5. Educação.
I. Leivas, Claudio Roberto Cogo.

CDD: 100
 110
 370
CDU: 101
 177
 342.7
 37

Todos os direitos desta edição são reservados para:
EDITORA MERIDIONAL LTDA.

Editora Meridional Ltda.
Av. Osvaldo Aranha, 440 cj. 101 – Bom Fim
CEP: 90035-190 – Porto Alegre/RS
Fone: (0xx51)3311.4082
www.editorasulina.com.br
e-mail: sulina@editorasulina.com.br

Outubro/2017

Sumário

Prefácio	7
Direitos Humanos, Razões e Contexto: por uma semântica contextualista dos Direitos Humanos	11
<i>Denis Coitinho</i>	
“Judicialização da política”: arqueologia de um conceito	29
<i>Álvaro Augusto de Borba Barreto</i> <i>Caroline Bianca Graeff</i>	
A ética do mais forte: os neoliberalismos na nuestra América.....	73
<i>Diego A. Fernández Psychaux</i>	
Ensaio sobre a fundamentação moral de uma autoridade democrática em David M. Estlund.....	91
<i>Cláudio Leivas</i>	
A natureza das obrigações políticas segundo Hobbes.....	99
<i>Delamar José Volpato Dutra</i>	
Peter Singer e o interesse dos seres sencientes como critério de avaliação moral.....	139
<i>Ana Carolina da Costa e Fonseca</i>	
Dworkin sobre o aborto: objeções à luz do Direito Natural	155
<i>Carlos Adriano Ferraz</i>	

Prefácio

A exposição, debate e diálogo concernentes ao aprofundamento teórico de temas tão importantes como a ética, a democracia e os direitos humanos na perspectiva de renomados professores pesquisadores brasileiros oriundos de campos de conhecimento afins, como Filosofia, Direito e Ciência Política, foi o objetivo principal do “I Colóquio de Filosofia e Pensamento Político: Ética, Democracia e Direitos Humanos”, evento realizado em setembro de 2015 no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas com o patrocínio da Capes e organizado conjuntamente pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (UFPel) e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPel). O produto final do *Colóquio* é o que dispomos no momento na forma de registro bibliográfico com a publicação do presente livro cujos capítulos se encontram divididos do modo descrito a seguir.

No capítulo introdutório intitulado “Direitos Humanos, Razões e Contexto: por uma semântica contextualista dos Direitos Humanos”, Denis Coitinho defende uma posição contextualista dos direitos humanos como um caminho teórico adequado para, segundo o autor, “melhor entendê-los como reivindicações morais que nos apresentam razões conclusivas para a ação” porque isso, em sua compreensão, é mais produtora “do que tomá-los como fundamentados em verdades morais absolutas”. O segundo capítulo, “Judicialização da política: arqueologia de um conceito”, é assinado por Álvaro Augusto de Borba Barreto e Caroline Bianca Graeff, os quais apresentam uma reflexão crítica sobre a interferência do

poder judiciário no âmbito da política em sociedades democráticas contemporâneas. Os autores apresentam a divisão do capítulo em duas partes, a primeira descrevendo a “*judicialização da política...* com a intenção de resgatar as características originais da expressão”, e a segunda, “construída a partir dessas informações, [um esforço teórico para analisar] os elementos que a constituem por meio de críticas que recebe da literatura especializada”.

O terceiro capítulo denomina-se “A Ética do mais forte: os neoliberalismos na “nuestra” América”. Nele, o autor Diego A. Fernández Peychaux propõe um deslocamento teórico para pensar a influência e os resultados do neoliberalismo nas democracias sulamericanas na medida em que sua proposta busca, como ele diz, “centrar a atenção no vínculo entre o neoliberalismo e o caráter sacrificial da sua ética, ou seja, entre o que denominarei uma narrativa macropolítica e outra micropolítica, em cujos cruzamentos se legitima a necessidade de sacrificar aos indivíduos concretos para deixar florescer o “verdadeiro” agente de mercado (i.e. aquele que se guia pela ética do mais forte)”.

O quarto capítulo, “Ensaio sobre a ideia de Autoridade Democrática em David Estlund”, de Cláudio Leivas, apresenta a ideia de Autoridade Democrática conforme defendida por Estlund em seu livro homônimo e questiona sua importância enquanto fundamentada em razões morais e epistêmicas. Em “A natureza das obrigações políticas segundo Hobbes”, quinto capítulo, Delamar Volpato Dutra revisita a problemática relação entre lei natural, lei civil e direito natural no pensamento moral e político do filósofo inglês Thomas Hobbes e, ao mesmo tempo que o autor contesta a existência de uma completa renúncia do direito natural devido à relação entre as duas espécies de leis, defende a permanência daquele, “mesmo depois do nascimento do *Leviathan*, ainda que de forma residual, sem que isso implique instabilidade insuperável para o soberano”.

No penúltimo capítulo, “Peter Singer e o interesse dos seres sencientes como critério de avaliação moral”, Ana Carolina da Costa e Fonseca reflete, a partir da obra de Peter Singer, questões

como especificismo, sexismo, diferentes espécies de discriminações e violação de direitos. A autora conclui seu capítulo esclarecendo que é preciso deixar de lado certas simplificações atribuídas por vezes ao pensamento de Singer, pois conforme ela escreve a seguir: “ – A filosofia moral formulada por Singer não é algo simplório do tipo faça isso, não faça aquilo. Singer não oferece regras, mas um critério de avaliação moral que demanda que pensemos cada situação concreta levando em consideração o que lhe é particular para que consigamos compreender, primeiramente, quem são os interessados e quais são os interesses envolvidos para, em seguida, fazermos uma avaliação dos interesses elencados, de modo a determinar qual ou quais, caso haja algum conflito entre interesses, são o mais ou os mais importantes”.

O fechamento do livro se dá com o capítulo de Carlos Adriano Ferraz, “Dworkin sobre o aborto: objeções à luz do Direito Natural”, em que o autor enseja confrontar a defesa de Dworkin a favor da prática do aborto com argumentos contrários, entre esses os engendrados pelos teóricos da “nova teoria do direito natural”. Carlos Ferraz enfatiza, porém, uma peculiaridade no modo como Dworkin compreende o aborto que deve ser considerada para uma adequada compreensão do assunto, ou seja, de acordo com o que Ferraz diz a seguir: “– Não obstante, cabe notar, à guisa de observação inicial a favor de Dworkin, que ele não incorre naquilo que Thomas Sowell denominou de ‘aborted knowledge’, isto é, ele não usa de subterfúgios linguísticos para levar ao desconhecimento daquilo que é morto em um aborto. Isso porque, atualmente, há uma espécie de ‘vocabulário asséptico’ ao se falar no embrião/feto. Ele é frequentemente referido como ‘material’, ou outros termos que dão a ele um aspecto quase inorgânico. Em suma, trata-se de uma linguagem que intenta, em geral, lhe tirar as características humanas (sua humanidade)”.

Cláudio Leivas